

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

A relação de trabalho entre o Conselho de Administração e os profissionais do Centro Hospitalar do Algarve (CHA) é de evidente rutura, com declarações públicas de ambas as partes e manifestações de posição relevantes por parte de entidades representativas, como a Associação de Municípios e a Ordem dos Médicos, sendo fundamental que haja uma ação concreta por parte do Ministro da Saúde.

Depois de um processo muito pouco participado de instalação do Centro Hospitalar do Algarve, para o qual alertámos preventivamente em Abril de 2013, no requerimento que fizemos ao Ministro da Saúde, após a audição na Assembleia da República ao Presidente da ARS sobre o assunto, no início deste ano, cerca de duas centenas de médicos assistentes escreveram uma carta aberta ao Presidente do Conselho de Administração do CHA, Doutor Pedro Nunes.

Consideram os signatários que não houve *“um apropriado período de reflexão, discussão e preparação, com participação ativa dos profissionais que trabalham na Região”* e denunciam uma degradação dos cuidados de saúde da população algarvia, sendo *“frequentemente adiadas cirurgias programadas, por falta de material cirúrgico, aumentam as faltas às consultas médicas e (...) atrasos inaceitáveis na realização de exames complementares, nomeadamente de imagiologia”*.

Referem, ainda, que *“são confrontados os profissionais e os doentes com faltas de medicamentos (doentes oncológicos e com doenças autoimunes, por ex.) com graves reflexos na saúde destes (...) e faltas de material de uso corrente, como seringas, agulhas, luvas”*.

Finalmente, acusam o Conselho de Administração e muito particularmente o seu Presidente de uma *“gestão autocrática”* e de serem os profissionais médicos *“confrontados com ameaças e chantagens (...) desconsiderando por completo a Direção Clínica”*.

A reação a esta carta aberta por parte do presidente do Conselho de Administração não demorou e é, na nossa perspetiva, um elemento essencial para compreender tudo quanto se passa no CHA.

Depois de considerar falsas as acusações dos médicos, o Conselho de Administração reconhece dificuldades, alegando *“carga burocrática excepcional sobre os serviços de apoio à prática clínica”*, decorrentes da Lei dos Compromissos e do Código dos Contratos Públicos, referindo também que *“o mês de janeiro é particularmente dramático dado que têm de ser*

lançados os procedimentos” e que só a partir deste mês no CHA houve centralização do processo de compras. Estavam, assim, justificadas algumas faltas e falhas nos hospitais. Mas o Conselho de Administração não se ficou por esta justificação, nem tentou aproveitar esta oportunidade para um maior envolvimento dos profissionais de saúde. Desferiu um ataque cerrado a “uma parte não despidianda que fê-lo por puro oportunismo político (...) e por se sentir lesada em direitos que julgavam assegurados, ou para esconder a sua própria responsabilidade”, procurando dividir os médicos entre os que tinham “boa-fé” e os que querem manter “pequenos poderes ou vaidades”.

Este incidente, só por si, indicia uma enorme incapacidade do Órgão de Gestão de conseguir mobilizar todas as vontades para a implementação do novo modelo organizacional.

Mais recentemente ocorreu um novo episódio inapropriado por parte do Presidente do Conselho de Administração, ao publicamente ter insultado de “burros” e “tontos” médicos do serviço de cardiologia, numa entrevista dada a um órgão de comunicação social local, a propósito de uma nota de alta onde foi referido que o motivo da não realização de um dado exame (cateterismo) se deveria à escassez de material, uma vez que a situação clínica permitia o seu deferimento. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, através da coordenadora da Comissão de Saúde, questionou o senhor Ministro na sua última audição no Parlamento, a 22 de Janeiro, tendo obtido da sua parte o compromisso “de que iria inteirar-se pessoalmente da situação”.

A Associação de Municípios do Algarve (AMAL) solicitou uma reunião ao Senhor Ministro da Saúde para expor a sua posição, tendo o Presidente desta instituição no final afirmado que “a posição de Pedro Nunes enquanto Presidente do Centro Hospitalar do Algarve é insustentável”. O Conselho Distrital da Ordem dos Médicos, no seu comunicado de dia 7 de Fevereiro, sobre as atitudes do Presidente do Conselho de Administração do CHA, considera “não ser lícito que sejam exercidas pressões e insultos aos médicos que cumprem com um desempenho cabal a sua atividade”.

Entretanto, o Bastonário da Ordem dos Médicos, Doutor José Manuel Silva, veio afirmar que “o Ministro da Saúde tire as suas conclusões e tome providências mas que também a Inspeção Geral das Atividades de Saúde faça o seu papel e tal como já foi solicitado por escrito pela Ordem dos Médicos faça uma inspeção ao Centro Hospitalar do Algarve”.

Do relato dos factos, torna-se evidente que existe uma situação de isolamento do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve e que o seu Presidente recorre a insultos a médicos, o que só por si é razão mais que suficiente para que a sua gestão seja posta em causa.

Fica claro que os autarcas do Algarve, através da sua estrutura representativa, a AMAL, consideram que a situação do Conselho de Administração é “insustentável”.

Finalmente, sabe-se que a Ordem dos Médicos solicitou através do seu mais alto responsável uma inspeção à “péssima” gestão de um ex-bastonário, o que é extraordinariamente relevante. A saúde no Algarve nunca foi matéria de combate político partidário, tendo passado mais de uma dezena de conselhos de administração ao longo dos últimos 30 anos, sem que tivessem ocorrido situações desta gravidade.

Face a tudo isto, num momento em que se exigia ação, estranha-se o absoluto silêncio e a enorme complacência do Ministro da Saúde, Doutor Paulo Macedo, com o comportamento impróprio do Presidente do Conselho de Administração do CH Algarve e a sua indiferença a todos os acontecimentos, lesivos dos interesses da região e da qualidade dos serviços de saúde dos hospitais do Algarve.

Assim e ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República, vêm os signatários, através de V. Exa. Perguntar ao Senhor Ministro da Saúde:

1. Considera que é um bom princípio de gestão hospitalar que o presidente de um Conselho de Administração faça declarações públicas insultuosas em órgãos de comunicação social?
2. Considera como normal os termos da resposta dada pelo Conselho de Administração à carta

aberta dos médicos?

3. Considera irrelevante a posição da Associação de Municípios do Algarve? Face ao solicitado pela Ordem dos Médicos, vai o ministério da Saúde acionar os procedimentos para uma inspeção à gestão do Conselho de administração do CHA?
4. Mantém a confiança na gestão do atual Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 10 de Fevereiro de 2014

Deputado(a)s

MIGUEL FREITAS(PS)

JOÃO SOARES(PS)